

A viabilidade econômica de um engenho jesuítico: o Santana dos Ilhéus (séculos XVII e XVIII)

The economic feasibility of a Jesuit sugar mill in the
17th and 18th centuries: Santana dos Ilhéus

Marcelo Henrique Dias¹

mhdias@uesc.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1996-4956>

Resumo: Trata-se do estudo de um engenho colonial localizado na vila de São Jorge dos Ilhéus (Ilhéus, Bahia, Brasil). A análise é suscitada pela indagação dos fatores que permitiram àquele engenho – pertencente à Ordem dos Jesuítas – permanecer em atividade, enquanto todos os demais faliram economicamente na vila de Ilhéus, em meados do século XVII. Situado à margem da zona açucareira do Recôncavo e do porto transatlântico de Salvador, Bahia, o Engenho de Ilhéus detinha recursos ambientais que acabaram compensando sua distância em relação ao porto de Salvador, pois permitiam uma produção agrícola e extrativista diversificada. Isso gerou rendimentos suplementares aos do açúcar e propiciou uma diminuição significativa dos custos de produção, se comparado ao outro engenho pertencente aos jesuítas de Santo Antônio localizado no Recôncavo baiano, o Sergipe do Conde. Por outro lado, o recurso ao autossustento e à reprodução endógena dos cativos favoreceu no Engenho de Santana a formação de uma comunidade escrava dotada de maiores níveis de autonomia e de uma condição de vida menos infausta do que seus pares do Recôncavo. O artigo analisa em perspectiva comparada as estratégias e soluções que os jesuítas de Santo Antônio colocaram em prática nos seus dois engenhos da Bahia no que se refere ao aproveitamento dos recursos ambientais, aos contratos de parceria com lavradores e à dinâmica da administração dos escravos. O conjunto de fontes é formado por correspondências trocadas entre os padres administradores e seus superiores de Lisboa.

Palavras-chave: engenho, administração jesuítica, meio ambiente, comunidade escrava.

Abstract: This is the study of a colonial sugar mill located in the village of São Jorge dos Ilhéus (Ilhéus, Bahia, Brazil). The analysis is prompted by an inquiry into the factors that allowed that sugar mill – belonging to the Jesuit order – to remain in activity while all the others in the village of Ilhéus in the mid-seventeenth century failed economically. Situated on the fringes of the sugarcane area in Bahia's region of Recôncavo and the transatlantic Port of Salvador, the Ilhéus mill possessed environmental resources that eventually compensated for its distance from the Port of Salvador, because they allowed a diversified agricultural and extractive production. This generated additional income besides the income from sugar and led to a significant reduction in production costs compared to the other Jesuit sugar mills located in the Bahian Recôncavo, Sergipe do Conde. On the other hand, the use of self-support and the endogenous reproduction

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz.
Departamento de Filosofia e Ciências
Humanas e Programa de Pós-Graduação
em História. Rodovia Jorge Amado
Km 16. 45662900. Ilhéus/BA, Brasil

of the black slaves favored the formation of a slave community that had higher levels of autonomy and experienced less unfortunate life conditions than their counterparts in the Bahian Recôncavo. The article comparatively analyzes the strategies and solutions that the Santo Antônio Jesuits put into practice in their two sugar mills in Bahia in relation to the use of environmental resources, the partnership contracts with farmers, and the dynamics of slave administration. Sources used include correspondence exchanged between the priests in the charge of the enterprise's administration and their superiors in Lisbon.

Keywords: colonial sugar mill, Jesuit administration, environment, slave community

O Engenho de Santana, da vila de São Jorge dos Ilhéus (sede da capitania de Ilhéus), foi propriedade de Mem de Sá, adquirida antes do início de sua gestão como governador-geral, quando ainda exercia a magistratura em Lisboa. Em meados da década de 1540, o então desembargador recebeu do donatário de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, uma sesmaria e os direitos de uso das águas do ribeiro de Santana, onde estabeleceu um engenho real. O engenho se tornaria um dos mais produtivos e rentáveis da primeira fase da produção açucareira colonial. Ao falecer o então governador, em 1572, aquela propriedade acabou ficando na posse de sua filha, Filipa de Sá, esposa do terceiro conde de Linhares. O mesmo se deu com o outro engenho de Mem de Sá instalado no Recôncavo baiano, o Sergipe do Conde, construído na vigência do seu governo. Posteriormente à morte de Dona Felipa (1618), uma demanda jurídica se estendeu por mais de 60 anos, terminando ambos os engenhos na posse definitiva dos jesuítas do Colégio de Santo Antônio (Lisboa). O conflito jurídico envolvendo os jesuítas de Lisboa, o Colégio da Bahia e a Santa Casa de Misericórdia de Salvador suscitou a produção e a conservação de um conjunto de documentos contábeis, jurídicos e administrativos que acabou por se constituir em fonte das mais exploradas para o estudo da dinâmica econômica dos engenhos coloniais (Pinho, 1982; Mauro, 1989; Schwartz, 1988; Ferlini, 2003).

O engenho de Ilhéus, por sua vez, foi menos estudado do ponto de vista de sua contabilidade, pois a documentação correspondente não deu forma a séries globais, como a do Sergipe do Conde. O Santana aparece mais na história social de Stuart Schwartz e na história da administração jesuítica de Paulo de Assunção (Schwartz, 1988; Assunção, 2003). Por fim, ficou mais conhecido na historiografia em razão da resistência escrava imposta aos proprietários que sucederam os jesuítas, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, objeto de estudos de Schwartz e João José Reis, dentre outros autores (Schwartz, 2001; Reis, 1986; Reis e Silva, 1989).

Enquanto o engenho do Recôncavo era considerado pelos jesuítas e outros atores contemporâneos como o mais potente da Bahia, modelo tomado pelo padre João Antônio

Andreoni – o Antonil – para desenvolver suas normas de boa administração (Antonil, 2001), o engenho de Ilhéus era visto por uma parcela dos gestores dos negócios iniciais como uma propriedade pouco lucrativa e difícil de administrar. No entanto, permaneceu em atividade até a supressão da Ordem, em 1759, entrando no rol das propriedades confiscadas pela Coroa, sendo posteriormente arrendado e vendido a particulares. Quando da expulsão dos jesuítas, era o único engenho a operar na vila de Ilhéus, a qual chegara a ter perto de uma dezena deles em épocas mais remotas (século XVI e primeira metade do XVII).

Por esta razão, a primeira questão que se desponta é: por que motivos o Santana permaneceu em atividade, quando todos os demais sucumbiram? Face uma gama de fatores que levaram à paralisação da produção açucareira nas capitanias ao sul do Recôncavo, os quais serão aqui discutidos, questionamos que elementos diferenciais permitiram aos jesuítas neutralizar os mesmos fatores que fizeram paralisar definitivamente os demais engenhos de Ilhéus. A análise dessa questão conduz necessariamente ao cotejo do modelo administrativo dos jesuítas, tanto no que concerne às operações de venda da produção e aquisição de insumos e escravos, como na dinâmica interna do engenho, sobretudo, no que respeita a suas relações com produtores e trabalhadores livres da vizinhança e à condução do trabalho e da vida cotidiana dos escravizados.

Estudos recentes têm admitido um modelo de administração adotado pelos jesuítas em suas propriedades escravistas, comum tanto nos engenhos e fazendas da América portuguesa como nas estâncias da América espanhola (Amantino *et al.*, 2015). Os elementos mais marcantes desse padrão identificam-se na superexploração da força de trabalho escrava, o que inclui a busca do maior nível possível de autossuficiência, cabendo aos escravizados produzir quase tudo que fosse necessário para seu próprio sustento. Além de realizarem as tarefas relacionadas à produção agrícola, madeireira e pesqueira direcionadas à obtenção de rendimentos pelos administradores, os escravizados exerciam também funções especializadas (de pedreiros, carpinteiros, ferreiros, mestres-de-açúcar e seus auxiliares etc.), inclusive nos postos atinentes à manutenção da disciplina, como no

de feitor. Viviam em unidades de moradia, agrupados em famílias de fato ou artificialmente arranjadas. O casamento entre eles era incentivado pelos jesuítas por várias razões de ordem moral, religiosa, social e econômica. Mesmo após a expulsão dos impérios ibéricos, a experiência administrativa jesuítica foi recuperada como modelo de gestão racional e eficiente de grandes escravarias, por imprimirem supostamente a medida correta entre bons tratamentos e exigência de disciplina (Engelmann, 2011).

Por outro lado, Assunção aponta a necessidade de considerarmos as imposições locais que demandaram soluções mais discernidas de gestão e muitas vezes adstritas à capacidade de visão e da personalidade de cada administrador. Os jesuítas tiveram que ser hábeis e pragmáticos para resolver problemas administrativos e conflitos variados que se impuseram em cada lugar onde possuíram propriedades e negócios (Assunção, 2003, p. 24). Para a apreensão das singularidades definidas no plano local, muito contribuem pesquisas sobre as unidades produtivas rurais. Se para a América espanhola é muito profusa a produção de estudos de caso (ver referências dessa produção em: Amantino *et al.*, 2015), no Brasil ainda temos um vasto campo a trilhar, seguindo os passos de autores que investigaram fazendas e engenhos da Bahia, do Rio de Janeiro e do Maranhão (Ferline, 1986; Amantino, 2011; Amantino e Cardoso, 2013; Engelmann e Amantino, 2013; Neves Neto, 2011). É nesse debate que aspiramos contribuir, trazendo para a análise econômica e social o postulado da História Ambiental, segundo o qual o meio ambiente não é apenas o cenário da trama social, mas é também protagonista, na medida em que impõe sua materialidade biofísica nos processos de decisão econômica e de ordenamento da vida social. De acordo com esse entendimento, as sociedades humanas “[...] não ‘transformam a natureza’, mas tomam parte, ao lado de outros seres, no processo em que a socionatureza transforma a si mesma” (Cabral, 2014, p. 50-51).

Tendo isso em consideração, para esse trabalho circunscrevemos para análise os dois engenhos que o Colégio de Santo Antônio herdou de Mem de Sá, na Bahia e em Ilhéus. No conjunto da documentação produzida no âmbito da administração daquelas propriedades há inúmeros comentários de contrapontos de situações e de soluções. Havia mesmo uma dinâmica de confluência de gestão, com a transferência de administradores, a troca de equipamentos, empréstimos de dinheiro e insumos, trânsito de escravos etc. Ambos os engenhos ficavam sob a supervisão de procuradores que emitiam suas opiniões observando a situação de um face ao outro, pois se vinculavam a uma mesma praça transatlântica, dependiam de decisões das mesmas autoridades coloniais e se inseriam no bioma florestal atlântico, guardadas as diferenças ambientais de formação local. Por essa razão, emergem das fontes

comparações que revelam diferentes adaptações ao modelo geral, mesmo em se tratando de engenhos geograficamente próximos e administrados por um mesmo Colégio. No entanto, as poucas léguas que separavam ambos os engenhos representavam uma significativa diferença geoeconômica e ambiental que determinava potencialidades opostas e constantemente enfatizadas pelos padres administradores.

A vila de Ilhéus, apesar de estar inserida na órbita da economia açucareira da Bahia, situava-se numa zona marginal, o que dificultava a operação de um negócio cuja realização se dava nos quadros do comércio transatlântico. Porém, apresentava condições ambientais que permitiam maior sustentabilidade quando comparada às do Recôncavo e estas foram potencializadas em favor da redução dos custos e da maior diversificação produtiva. Por essa razão, serão enfatizados nesse estudo os fatores geoeconômicos e ambientais que tomaram parte das soluções que viabilizaram o Engenho de Santana, contrariando opiniões de diversos gestores que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, sugeriram sua venda ou simples desativação. Por outro lado, e em decorrência das soluções subordinadas ao autoconsumo, também ali se formou uma comunidade escrava com um alto poder de barganha, que se traduziu em níveis diferenciados de autonomia. De acordo com a hipótese que sustentaremos aqui, em razão do relativo isolamento de Ilhéus do centro administrativo e econômico representado pela capital Salvador e inseridos num nicho ecológico florestal que ofertava uma grande variedade de recursos alimentares, os escravos do Santana foram capazes de delinear suas relações com os senhores jesuítas de maneira mais vantajosa, quando comparadas às dos cativos do engenho do Recôncavo.

A análise se conduzirá pelo aferimento das informações e argumentações emitidas por padres envolvidos direta ou indiretamente na gestão do Santana de Ilhéus e do Sergipe do Conde, o que possibilita detectar as diferenças e avaliar comparativamente as estratégias e os resultados da administração jesuítica em ambos os engenhos. As fontes fazem parte do conjunto de missivas e outros documentos pertencentes ao fundo Cartório e Armário dos Jesuítas, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).

Ponto de partida: o contexto econômico e administrativo das capitanias de Ilhéus entre o último quartel do século XVI e a primeira metade do XVII

Sobre o panorama dos primeiros cem anos do processo colonial na América portuguesa, a historiografia

brasileira clássica consagrou uma concepção que distingue as capitanias que progrediram, sobretudo Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, das capitanias que não prosperaram, nomeadamente Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. O fator decisivo do malogro das últimas, nessa ótica, teria sido a resistência indígena, visão fundamentada nos testemunhos de diferentes cronistas coloniais, como Gabriel Soares de Sousa, o padre José de Anchieta e Frei Vicente de Salvador, dentre outros. Esses atores coloniais reportaram o flagelo infringido aos colonos dessas últimas capitanias pelos nativos identificados como Aimoré (Campos, 2006, p. 147; Abreu, 1963, p. 67-68; Calmon, 1963, p. 478).

Ângelo Carrara, por sua vez, aponta inconsistências nesse argumento, pois na totalidade das capitanias houve resistência indígena, invasões estrangeiras e dificuldades na governança local. O fator determinante para o insucesso das capitanias que permaneceram como senhorios hereditários seria a política de investimentos da Coroa em pessoal e estruturas militares e administrativas. Investia-se nas capitanias reais e esperava-se que os donatários o fizessem nas suas capitanias, como Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Assim, a resistência indígena é vista como um efeito da falta de investimentos, e não como a causa do problema (Carrara, 2007).

De fato, estudos recentes demonstram que os conflitos com os indígenas nem teriam chegado a paralisar a produção açucareira por completo na vila de Ilhéus, nas últimas décadas do século XVI e nas primeiras do XVII, como era suposto. A maioria dos engenhos daquele termo sobreviveu e outros ainda foram construídos, mantendo atividade até pelos menos meados dos anos seiscentos. Isso é o que revela um manuscrito de 1626, de autoria de Antônio Simões, um procurador de Dom João de Castro, então donatário da capitania de Ilhéus (Magalhães e Brito, 2015). O documento aponta a existência de nove engenhos somente na vila sede, dos quais seis estavam em atividade e outros três parados. Apesar do duro golpe que os embates indígenas representaram à dinâmica colonial da vila de São Jorge, isso não resultou na total paralisação da atividade dos engenhos. O próprio donatário à época era sócio de dois deles (p. 73).

A correspondência dos padres jesuítas aponta outro empecilho responsável pela paralisação temporária dos engenhos da Bahia e por um golpe mais decisivo na economia açucareira de Ilhéus: os cercos dos holandeses. A tomada de Salvador paralisou as atividades dos engenhos no ano de 1624 (ANTT, CJ, Maço 14, n. 52). Depois disso,

a guerra de corso levada a cabo pelos batavos impediu o tráfico de escravos e dificultou o transporte do açúcar. Em carta escrita por volta de 1634, o administrador do engenho de Sergipe do Conde reclamava que já não vinham mais navios de Angola (ANTT, CJ, Maço 69, n. 83). Outros fatos, narrados pela historiografia, fortalecem a hipótese de que a atividade de corso dos holandeses teria incidido de forma decisiva para o malogro dos engenhos em Ilhéus. Em 1637, ocorreu uma invasão de holandeses na vila, os quais promoveram saques nos armazéns (Campos, 2006, p. 177-180). Entre 1647 e 1648, os holandeses aprisionaram cerca de 130 embarcações de comércio no litoral da Bahia e, por fim, em 1660, como solução da Metrópole para a ameaça da guerra de corso e da pirataria, passou a vigorar o sistema de comboios para levar mercadorias, dinheiro e correspondências para o Reino, partindo necessariamente de Salvador (Boxer, 1973, p. 128-130).

Como resultado dos infortúnios dos holandeses e da política colonial filipina, o comércio de Ilhéus passou a depender da intermediação de Salvador, aumentando, assim, os custos operacionais dos seus engenhos, situação agravada pela crise dos preços do açúcar na segunda metade do século XVII. Escrituras da vila de Ilhéus da primeira metade dos anos setecentos atestam somente a presença de engenhocas no seu termo, sendo o Santana o único engenho de açúcar. Outros engenhos vieram a operar somente na virada do século XIX, no contexto do “renascimento agrícola”.²

A reestruturação do Engenho de Santana: sagacidade administrativa e aproveitamento dos recursos ambientais

Em meio àquele cenário de crise da produção de açúcar em Ilhéus, o padre André Gouveia (1626) expôs a seguinte argumentação a respeito dos engenhos que o Colégio de Santo Antônio herdara de Mem de Sá:

Esse Colégio de Santo Antônio quer fabricar dois engenhos, um em Sergipe, este que faz um ano por outro, 12 mil arrobas de açúcar, e outro nos Ilhéus, que faz um ano por outro 300 para 400 arrobas; acho eu que é muito melhor mudar a fábrica do dos Ilhéus e aplicá-la a outro engenho que se pode fazer em Sergipe que renda tanto como o que hoje temos, pois há postos para isto. Tratei de o arrendar, chegam a prometer 200 arrobas,

² Conclusão a partir do exame do conjunto dos Livros de Notas da Vila de Ilhéus (século XVIII), Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário. As escrituras dos livros de notas de número 1-12 (1704-1854) foram processadas na construção de um banco de dados, que pode ser acessado pela internet: *Banco de Dados de Escrituras do Notariado da Vila de Ilhéus (séculos XVIII e XIX)*. Disponível em: <https://suportenepabuesc.wixsite.com/nepab> Último acesso em: 16/05/ 2020.

dando-os toda a fábrica que hoje lá temos, e só um negro crioulo que tem aquele engenho, que serve nele de mestre de açúcar, posto no de Sergipe, importa mais que tudo quanto nos rende o de Ilhéus. O meu voto é tratar de o vender; não lhe saindo vendedor, passar esta fábrica para cá, e fornecer com ela muito bem o engenho de Sergipe, ou fazer cá outro para que haja proveito, e não perda como até agora; [...] certo que se resolvem que o Colégio de Santo Antônio o fabrique, hão de dar negros aos lavradores, d'outro modo é como se fizessem um engenho em Lisboa: a cana d'onde havia de vir? (ANTT, CJ, Maço 14, n. 52).³

Ao padre Gouveia parecia inexequível a divisão de tarefas e de custos entre engenho e fazenda de cana, estratégia vital que garantia a matéria-prima para os engenhos e eximia os senhores de maiores investimentos em compra e manutenção de escravos, como era praxe nas zonas açucareiras do Recôncavo e de Pernambuco (Ferlini, 2003, p. 220). Era justamente a presença de partidos de cana dos lavradores obrigados a moer no Sergipe do Conde o fator mais destacado também por outro jesuíta, o padre Estevão Pereira, procurador de Santo Antônio, para justificar sua opinião de ser aquele um dos melhores engenhos do Brasil: “em razão da muita cana de quase toda a grande Patatiba, Aueupe e Ceregipe que lhe está obrigada” (ANTT, CJ, Maço 13, n. 20).⁴ Já no Santana, segundo a avaliação do padre Gouveia, seria preciso viabilizar a produção de cana dos lavradores vizinhos, algo difícil de realizar naqueles tempos de insegurança e carestia. Em 1633, o irmão procurador Estevão Pereira constatou ainda o estado de dismantelo em que o Engenho de Santana se achava, pois ali não se investira até então por temor dos holandeses.

Todavia, em frontal desacordo às opiniões do padre André Gouveia, o procurador de Santo Antônio, padre Estevão Pereira, considerou o engenho de Ilhéus detentor das “mais e melhores comodidades”, como “nenhum outro do Brasil”. As razões que fundamentavam esse otimismo se vinculam aos recursos ambientais inclusos nos seus limites territoriais, a começar pela “formosa ribeira ou cachoeira de água doce”, da qual se desviava o fluxo por uma levada que fazia o engenho moer o ano todo: “e para dois [engenhos] bastara se houvera”. Sua larga data de terra, junto ao rio navegável, continha solos muito apropriados para canaviais, com muitas matas “de infinitas lenhas e madeiras para muitos préstimos”. Enquanto o Sergipe enfrentava dificuldades para sua provisão de lenha, recurso já escasseado nas terras servidas pelas águas da baía de Todos os Santos e ribeiros interiores do Recôncavo baia-

no, no Santana, argumentava o irmão Estevão, as lenhas eram “fáceis e de pouco custo”, cabendo aos lavradores fornecerem a metade. Além disso, o transporte de lenha e cana até o engenho era facilitado pelo movimento da maré, que levava e trazia uma barca desprovida de vela e leme, com a qual se deixava de fazer gastos que normalmente os engenhos faziam com embarcações e mão de obra de barqueiros (ANTT, CJ, Maço 13, n. 20). O entendimento de que valeria a pena investir em uma propriedade “a meio fazer”, ou seja, de pouco valor econômico inicial, mas com um forte potencial produtivo, encontra similitude na opção dos jesuítas do México, onde assim o faziam seguindo conselhos dos maiores proprietários rurais, fato que sugere uma estratégia econômica comum dos inicianos na América ibérica (Crouzeilles, 2015, p. 66).

Assente naquelas vantagens ambientais, o padre Estevão convenceu seus superiores a restaurar o engenho de Ilhéus, fazendo uma nova moenda, uma roda d'água e uma fornalha. Esse investimento incentivou os lavradores a reabilitarem também os seus canaviais, com o apoio do procurador de Santo Antônio. No entanto, o processo de restauração foi interrompido na ocasião da tomada de Pernambuco pelos holandeses, pelo temor de que esses últimos pudessem atacar Ilhéus e incendiar o engenho (Antonil, 2001, p. 352-353). E assim foi mantido com feitores até 1658, quando o Colégio optou por uma administração direta, colocando no comando o padre Felipe Franco. Industriosos, o novo administrador também se persuadiu de que os recursos ambientais do Santana, se bem aproveitados, compensariam os custos extras impostos pela condição periférica de Ilhéus no comércio transatlântico (ANTT, CJ, Maço 68, n. 306).

O engenho estava localizado a 2 léguas do núcleo urbano da vila de Ilhéus, à qual se ligava pelo rio de Santana, percorrendo uma sinuosa linha de vale. As terras da sesmária se distribuíam numa zona de tabuleiros de baixa altitude próxima do oceano, o que favorece as precipitações nas encostas voltadas para o mar, ao mesmo tempo em que cria áreas mais secas naquelas voltadas para o interior. Isso favorece o estabelecimento de florestas com características semidecíduas ou decíduas. Nessas encostas, onde o solo é mais drenado, os canaviais encontravam ambiente propício. Os canaviais do Santana, por todo o século XVII, se estendiam nas encostas ao longo de uma légua às margens do rio, em direção ao mar (Dias *et al.*, 2018).

Ao contrário da zona do Recôncavo, onde frequentemente ocorriam períodos de seca, às vezes longos, em Ilhéus predominavam as chuvas, constantes em todas as estações do ano. Essas precipitações, que favoreciam o

³ Nas citações de trechos dos documentos do Cartório dos Jesuítas optamos por atualizar a grafia objetivando facilitar a leitura e compreensão pelos leitores.

⁴ Esse documento se encontra transcrito na íntegra em: Antonil, 2001, apêndice documental III, p. 348-364.

desenvolvimento de canaviais nas encostas dos tabuleiros, dificultavam o cultivo nas áreas mais baixas, chamadas “várzeas”, onde até mesmo o trabalho de queimada era custoso. No entanto, a formação dos brejos acabou por facultar a produção de outra cultura mercantil de grande demanda interna e também no tráfico negreiro: o arroz. O Santana era “engenho e fazenda”: produzia açúcar para vender em Lisboa e arroz, farinha-de-mandioca, feijão, aguardente e pescado para suprir o mercado interno. Além dessas culturas, havia a atividade madeireira, cujos produtos semibeneficiados, como caixaria, pranchões e couçoeiras, abasteciam mercados de aquém e de além-mar. A natureza pródiga permitia produzir tudo isso a um custo relativamente baixo, se comparado ao engenho do Recôncavo. A receita da viabilidade econômica do Santana assentava-se, portanto, na diversidade produtiva e no autossustento.

O padre Franco esclarecia ao reitor de Santo Antônio que

[...] isto [o Santana] é engenho e é fazenda; moemos a cana, roçamos os matos para plantar, plantamo-la, e depois dela nascida damos-lhes 3. limpas, estando de vez, cortamo-la, e trazemo-la ao engenho, moemo-la, e fazemos açúcar e para o fazer, cortamos a lenha e trazemo-la ao engenho. [...] para tudo isto é muito pouca a gente que temos: esta mesma gente serra os paus para os caixões em que se encaixa o açúcar, faz os cochos, canoas, tabuado e tudo o mais, e é muito pouca para tanta fábrica, que a essência deste engenho está em não fazer gastos; que vale a Sergipe fazer seis mil pães d'açúcar, se tudo se vai em gastos [...], porque tudo ali se compra a puro dinheiro, até o timbó para apertar as formas nós temo-lo aqui à porta nos nossos matos, lá compra-se uma moenda por 60 (mil reis); custa-nos aqui cortar aos nossos matos, trazermo-la para o Engenho tudo com a nossa gente, só nos custa fazê-la e torneá-la o carapina, e fazer-lhe a dentadura; o mesmo digo da barca que fiz para trazer a cana ao engenho, que só custou o feitio do carapina, e a pregadura, e isto tem muita conta, pelo que são necessárias peças e mais peças [...] (ANTT, CJ, Maço 68, n. 306).

A comparação com o engenho de Sergipe aponta alguns contrastes que nos ajudam a perceber as vantagens ambientais do engenho de Ilhéus. Além das lenhas, as terras florestadas do Santana também provisionavam as madeiras para a construção dos edifícios, do maquinário, das embarcações, das caixas de açúcar e demais utilidades. Havia ainda outros recursos florestais que eram aproveitados nas oficinas, como o citado timbó, espécie de cipó usado para apertar as formas de argila usadas no processo

de purga, os pães-de-açúcar. Tudo isso permitia que se gastasse pouco na manutenção do engenho, mas, para isso, eram necessárias “peças e mais peças”.

A falta de braços era a principal queixa do padre Franco, desde sua chegada ao Santana. Herdara um engenho decadente que passou de uma força de 55 escravos, em 1616 (ano em que o engenho passou à posse definitiva do Colégio de Santo Antônio), para apenas 16, em 1636 (ANTT, CJ, Maço 15, n. 12; Maço 69, n. 83). A solução para esse problema viria na oportunidade de um negócio entre o padre Franco e o general Salvador Correia de Sá, no ano de 1659. Na ocasião, o general passava pelo litoral de Ilhéus com um carregamento de 40 escravos vindos de Angola. O navio teria por destino o Espírito Santo, não fosse pela projeção de morte que incidia sobre os escravos (ANTT, CJ, Maço 68, n. 307).

Tirando partido daquela circunstância, o administrador do Santana comprou os 40 indivíduos, entre os quais constavam homens, mulheres e crianças. O valor de 45 mil réis (45\$000) correspondente a cada um estava abaixo da média que se praticava na Bahia, que girava em torno de 50 mil réis (50\$000), afora os acréscimos referentes ao frete e ao sustento dos escravos no traslado de Salvador. Mais ainda: o negócio seria saldado em Lisboa. Isso significa que, sem dispor de qualquer numerário, o jesuíta viabilizou a compra de quarenta escravos. Justificava ser mais vantajoso pagar no reino, por razão da liberalidade que gozavam os jesuítas e pelo fato do açúcar render mais lá do que nas praças coloniais. Enfatizava, no entanto, que não se tratava de fiado, pois, enquanto a dívida não fosse saldada, incidiriam sobre ela juros de mercado, na faixa de 5%, a correr também em Lisboa. Sendo assim, o Colégio não ficaria “em obrigação” com o general traficante (ANTT, CJ, Maço 68, n. 307).

Além de revelar a astúcia do negociador jesuíta em aproveitar uma oportunidade singular para prover o engenho de escravos, a carta também nos faculta identificar alguns fatores de distinção dos jesuítas no mundo dos negócios coloniais, os quais, por sua vez, concorreram em grande medida para a sobrevivência do Santana num contexto em que a baixa dos preços do açúcar minou por completo a capacidade de produção de outros engenhos em Ilhéus.

Obviamente, o crédito conferido aos jesuítas não se estendia, da mesma forma, a outros proprietários de engenho. Como atestava o próprio padre Franco: “não havia quem naquele tempo fiasse uma única peça na Bahia”. Da mesma forma, os privilégios fiscais concedidos aos jesuítas desde o século XVI, em vista do reconhecimento do papel fundamental que exerciam na propagação do cristianismo nas colônias, permitiam que suas mercadorias fossem comercializadas com isenções de taxas e de impostos reais

(Assunção, 2003). Daí a vantagem de quitar o negócio em Lisboa, com a renda do açúcar levado para lá isento de impostos. Há que se considerar também a prática do cerceio da moeda na praça da Bahia, como solução da açucarocracia para o problema da queda dos preços do açúcar, na segunda metade do século XVII. Ao recunhar as moedas, diminuindo a quantidade de ouro ou prata, a elite baiana compensava a perda de valor metálico, mantendo o mesmo numerário (Puntoni, 2018).

Nestas condições, o padre dizia não se sentir abafado pela dívida constituída, pois, “[...] dando Deus vida aos negros, com seu serviço pagarão o juro e o principal com a brevidade que espero e confiando em Deus, pois tudo é para o ornato de seu Templo”. E completava: “o negócio vinha-me do céu, pois eu não podia com tão pouca gente fazer o muito que se há de fazer neste engenho e fazenda” (ANTT, CJ, Maço 68, n. 307).

Resolvido o problema da mão de obra, o padre Franco passou a arrendar terras a lavradores, aos quais vendeu ou emprestou alguns dos escravos adquiridos. Também o fez para lavradores de mantimentos e carpinteiros e, com isso, reconstruiu as estruturas de produção do engenho, passando a gerar renda com o aproveitamento dos recursos naturais do seu próprio território.

O Inventário de 1674, ano do falecimento do padre Franco, aponta a existência de todos os edifícios necessários à produção de açúcar, além de olaria, serraria, estaleiro, casa-de-farinha, canoas, barcas etc. Possuía 72 escravos, entre africanos e crioulos (ANTT, CJ, Maço 54, n. 07). Quinze anos depois daquela compra feita a Salvador Correia de Sá, surgia uma nova geração de cativos criados no engenho.

A produção de alimentos, por sua vez, minimizava os investimentos necessários à manutenção das atividades produtivas, pois, além de acomodar os custos do sustento dos escravos, gerava um excedente que poderia ser vendido no mercado interno, o qual representava maior liquidez: “arroz, farinha e madeiras era dinheiro feito”, diria outro administrador, alguns anos depois (ANTT, CJ, Maço 69, n. 188). Não por outra razão, uma parte significativa dos edifícios do engenho, seu maquinário e sua ferramentaria se destinavam ao processamento de farinha, arroz, madeira e obras de olaria.

O conjunto da correspondência do Santana, dos anos posteriores ao período de gestão do padre Franco, demonstra um movimento comercial que direcionava somente o açúcar e parte das madeiras para Lisboa. Essa parcela da produção total do Santana era o que implicava do seu rendimento para os cofres do Colégio de Santo Antão. Desse montante – rendas do açúcar acrescidas dos rendimentos de parte da produção de madeiras que seguia para o Reino –, eram descontados os valores cor-

respondentes aos provimentos que vinham de Lisboa. No período de 1730 a 1750, a receita superou a despesa em quase três vezes (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22). Mas, dos provimentos que vinham do reino, afora itens como breu, cobs e algumas peças de ferro, quase tudo se destinava ao sustento da casa, como vinho, azeite, barris de sardinha, biscoitos, paços, farinha para hóstia, paços, papel etc.

Isso quer dizer que o rendimento do açúcar ficava praticamente livre das despesas relacionadas diretamente com a sua produção. Toda a despesa corrente do engenho era suprida com os rendimentos daqueles produtos da fazenda (arroz, farinha e madeiras), acrescidos de outros ganhos secundários, como os da aguardente, dos produtos de olaria, feijão e pescado. Nos poucos momentos em que a safra de açúcar foi minguada, por conta do excesso de chuvas, o rendimento da fazenda também cruzou o Atlântico, atenuando as obrigações dos administradores do Santana com os provimentos enviados do Reino (ANTT, CJ, Maço 71, n. 142).

Já o sustento do plantel de escravos dependia quase que exclusivamente da produção de víveres, fosse ela autônoma dos escravos ou controlada pelos padres administradores. Por outro lado, em razão da localização desvantajosa do Santana em relação ao comércio transatlântico, apartado que estava das rotas do tráfico negreiro, a reprodução do plantel tendeu a ficar cada vez mais endógena. A fórmula que viabilizava a empresa, nesse caso, implicava o direcionamento dos escravos à vida em família, no incentivo à procriação, na disponibilidade de terras e recursos naturais para os escravos, assim como das ferramentas, e na admissão de um tempo livre para a produção do seu próprio sustento e de excedentes.

Famílias escravas e autossuficiência alimentar

No inventário de 1674, dos 72 escravos arrolados, 24 eram crianças: filhos, netos ou apadrinhados de nove dos 17 casais arrolados. Em 1731, já eram 178 escravos e, de acordo com a análise de Schwartz, “os grupos residenciais com ambos os pais presentes constituíam a forma mais comum de experiência de vida familiar compartilhada pelos cativos”. Apenas dois escravos são nomeadamente africanos, uma angola e um congo, e oito era o número de mulatos declarados. Esse padrão se mantém em 1752 (Schwartz, 1988, p. 322). Nos três inventários, os escravos são agrupados em unidades familiares e quase não há mancebas solteiras.

Ao discorrer sobre o importante papel dos sacramentos nas práticas administrativas dos jesuítas em suas propriedades rurais escravistas, Engelmann enfatiza

que o matrimônio facultava uma união conjugal válida que moralizava as relações sexuais lícitas, as quais, por sua vez, deveriam produzir novas gerações. Esperava-se que o matrimônio disciplinasse o sexo nas senzalas, apartando os cativos da promiscuidade inerente à sua condição irrogada. Se para senhores leigos o matrimônio parece ter tido importância secundária, para os jesuítas, ao contrário, foi de extrema importância: “remédio para as ganas do corpo que afligem a alma”. Nessas condições, transforma-se também em estratégia para ordenar a vida dos escravos. A grande quantidade de inventários produzida nos contextos de expulsão da Ordem na América portuguesa e espanhola, relacionando escravos vivendo em famílias, demonstra a perenidade do matrimônio na vida dos cativos (Engelmann, 2015, p. 105). Entretanto, a leitura das cartas dos administradores do Santana e do Sergipe revela que o cálculo econômico em torno das “crias” ocupava um papel central nas justificativas para tal opção. Os administradores se esforçavam para compensar os fatores responsáveis pela baixa taxa de natalidade, comum em toda a Bahia (Schwartz, 1988, p. 322). No Santana, assim como no Sergipe do Conde, para além da orientação à formação de famílias, os jesuítas usavam de inusitadas estratégias de incentivo à procriação. Faziam parte do rol de provimentos solicitados ao Colégio, por exemplo, mimos para as crianças (ANTT, CJ, Maço 68, n. 354). Já as mães tinham licenças e direito a um resguardo pós-parto que foi objeto de queixa do padre Jerônimo da Gama: “não se contentam com uma galinha; duas pedem por ser costume” (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22). Nada que não compensasse, porquanto, em geral, os padres consideravam melhores os escravos criados no Engenho, pois tinham um mínimo de doutrinação religiosa e, na doença, contavam com os parentes para assisti-los. Ocorre, por conseguinte, um processo de reprodução natural, sob o direcionamento dos jesuítas. Quando faltavam os progenitores, as crianças eram criadas por mães adotivas, de maneira que é certo afirmar que os escravos se criavam.

Nessas condições, que parcela da produção de víveres era apropriada diretamente pelos escravos? Algumas cartas lançam luzes sobre a divisão social da produção. Nos quase 30 anos da gestão do padre Manoel de Figueiredo (1702-1731), este teria derrubado mais matos para farinha do que para plantar cana, de acordo com seu sucessor, o irmão Pedro Teixeira. Desse modo, ao assumir o Engenho, esse último avaliava que poderia ter roças bastantes para vender e para abastecer a casa, isso se os escravos não as estivessem furtando continuamente. E lastimava:

[...] me vejo doido vendo os contínuos furtos e destruição que continuamente fazem assim nas canas, como

nas roças, que não nos deixam a 3ª parte delas, e só da mão de Deus pode vir o remédio, que eu lho não acho (ANTT, CJ, Maço 15, n. 23).

Alguns anos depois, outro administrador, o padre Jerônimo da Gama, reclamava da insuficiência de uma única casa de farinha para suprir as necessidades do Engenho (das suas casas de vivenda e dos rendimentos almejados) e do sustento dos escravos: “a casa de farinha está quase arruinada, e sendo única, não dá expediente aos escravos em dois dias cada semana para a sua farinha, e perde o Engenho muitos dias de serviço em cada semana” (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22). Constata-se, por conseguinte, que além da sua produção autônoma, os escravos se apropriavam de uma parcela significativa, senão a maior, da produção mercantil da fazenda. Tinham prioridade, ainda, para usar a casa de farinha, mesmo que isso representasse prejuízo para os rendimentos do Engenho. Temos aqui uma situação em que o sustento dos escravos não dependia da intervenção direta de seus senhores.

É preciso considerar também a gama de alimentos que a floresta, os mangues e as marinhas ofereciam ao conjunto dos moradores do Santana, sobretudo para os escravizados. Como argumenta Cabral, os africanos que vieram para o Brasil, dentre eles os bantos, não estranharam o meio ambiente florestal, pois configuravam etnias forjadas no interior ou nas bordas das florestas atlânticas da África ocidental. O supercontinente *Gondwana*, há 200 milhões de anos, reunia as massas da América do Sul, África, Antártica, Madagascar, Península Arábica e do subcontinente indiano. Há 130 milhões, as costas do Brasil e da África Ocidental eram separadas por um mar ovular de aproximadamente 300 km entre a Bahia e a República do Congo. Trocas biológicas continuaram a ocorrer mesmo depois da separação, conformando um parentesco ecológico. Os africanos, portanto, conheciam boa parte da flora da floresta atlântica e há muito se valiam de seus recursos alimentares. Afora isso, consideremos também as espécies que migraram com eles e se adaptaram perfeitamente ao bioma Mata Atlântica, como a banana, o dendê e o arroz, esta última cultivada em escala mercantil no Santana. Soma-se ainda a etnoflora que acompanhou a transferência de suas crenças e rituais. A floresta também oferecia frutas silvestres, mel e animais de caça (Cabral, 2014, p. 184-186; Watkins e Voeks, 2016).

Mais importante ainda para a alimentação dos escravos eram as espécies de mangue, como os caranguejos, guaiamuns, ostras e os tão saborosos pitus. No sítio onde foi instalado o Engenho de Santana, o barranco que dá forma à corredeira – onde se captava a água que movia os engenhos e as serras d’água – configura o limite até onde entram as águas de marés, em uma distância de aproximadamente 12

quilômetros da foz marítima. Neste trecho, a água é salobra, e o rio é frequentado por inúmeras espécies de água doce, salgada e de mangue. Tem-se, ali, um verdadeiro nicho ecológico, ocupado por populações humanas desde muito antes da chegada dos portugueses e dos africanos, como o provam os sítios arqueológicos prospectados recentemente naquela zona (Morales *et al.*, 2015). Até hoje aquelas iguarias fazem parte da cultura culinária do sul da Bahia, fortemente assentada no preparo de crustáceos.

Essa alimentação oriunda da floresta, dos rios, do mar e lagamares também era compartilhada com o padre superior e seus auxiliares. Os pescados eram a principal proteína consumida na casa de vivenda, pois não havia carne de gado pela dificuldade de se abrir pastos naquela floresta resiliente, sem contar o assédio das onças. Por esta razão, os padres do Santana estavam sempre a solicitar aos reitores que enviassem paios, queijos, sardinhas e outras fontes de proteína, pois, como dizia o irmão Teixeira, não havia açougue nos Ilhéus. Em vista disso, lamentava: “nessa casa sempre é quaresma e bem miserável”. Para sua alimentação, os padres mantinham escravos na função específica de pescadores. No tempo do irmão Pedro Teixeira, na década de 1730, essa atividade já tinha caráter mercantil, mas, também aí, o aproveitamento comercial era frustrado pela apropriação “indevida” dos escravos (ANTT, CJ, Maço 68, n. 354). A prodigalidade da natureza e a possibilidade de seu desfrute pelos escravizados se vinculavam à faculdade que lhes cabia de transitar sem maiores restrições pelo território do engenho e mesmo fora dele. Os pescadores da lancha, por exemplo, mareavam para além da barra de Ilhéus, em mar aberto, o que deu oportunidade para que piratas franceses capturassem sete escravos do engenho, em 1713 (ANTT, CJ, Maço 71, n. 97).

Contribuía também para a ampliação da autonomia dos cativos o fato de que, no Santana, a exemplo de outras propriedades rurais jesuíticas na América ibérica, os escravos exerciam quase todas as funções de trabalho. No inventário de 1674, os adultos foram qualificados pelas suas especialidades, tanto no que tange à produção de açúcar quanto em outras funções, como a de carapina, pescador, fiadeira, barqueiro, lavrador de machado, serrador, calafate, barqueiro, mestre de barca e carreiro (ANTT, CJ, Maço 54, n. 07). Em 1732, aparece também um carpinteiro, com dois aprendizes, e mais dois ferreiros, que trabalhavam com um mestre branco, assalariado; e, por fim, um oleiro, um pedreiro e dois barbeiros (Schwartz, 1988, p. 322). Mestres de açúcar também eram escravos, pois não havia bons mestres nas vizinhanças. Trazer um da Bahia comprometeria a fórmula que permitia manter o Engenho lucrativo, qual seja, a de gastar pouco, empregando cativos em todas as funções, fossem elas mais especificamente técnicas, ou mesmo de supervisão e comando, como era a de feitor. Sobre o emprego de feitores escravos, o padre

Antônio Fernandes justificava tal escolha: “lancei fora os feitores brancos, pois me parece furtam estes mais do que os mesmos pretos, pois fazem as cousas e com estes se desculpam”. E completava: “os feitores brancos são a perdição dos negros” (ANTT, CJ, Maço 71, n. 129). Dessa forma, inseridos na floresta atlântica e contando com um nível significativo de autonomia para se locomoverem e gerirem seu sustento, os escravos do Santana podiam, assim, garantir sua segurança alimentar, algo bem distinto do que ocorria no engenho do Recôncavo.

No Engenho Sergipe do Conde, ao contrário do Santana, sempre foi necessário suprir o abastecimento de farinha dos escravos com a compra no mercado interno, o que muitas vezes esbarrava na alta dos preços ou mesmo na inexistência de oferta. Os escravos, por sua vez, ficavam sujeitos a um controle mais efetivo, exercido por feitores brancos. No ano de 1735, o padre Luís da Rocha reclamava que no Sergipe havia feitores que impediam que os escravos trabalhassem nas suas roças no tempo que lhes era concedido, ocupando-os nas roças dos próprios feitores. Isso acontecia justamente num período crítico no Recôncavo, em que uma prolongada seca havia causado a morte de animais e o desabastecimento dos engenhos, causando também o óbito de alguns escravos. De acordo com o então administrador, nem mesmo frutas havia para o socorro. O padre Luís da Rocha enfatizava, no entanto, que essa catástrofe não teria chegado a Ilhéus, onde não faltaram as chuvas (ANTT, CJ, Maço 71, n. 110).

No conjunto de correspondências inquirido nessa pesquisa encontramos cinco notícias referentes a períodos de seca no Recôncavo. Do outro lado, para o Santana, não há qualquer notícia sobre intempéries ambientais que tivessem gerado problemas semelhantes aos do Sergipe, como fome, mortes ou mesmo queixas dos escravos por falta de alimentos. Nestas condições, não surpreendem os repetidos comentários dos padres administradores a respeito de escravos do Sergipe que se transferiam para o Santana, autorizados ou não. O contrário, por sua vez, afigurava-se no pior dos castigos para os escravos do Santana. Questionado sobre a conveniência de transferir os escravos do Santana para o Sergipe, o padre Manoel de Oliveira argumentou que isso seria o mesmo que perdê-los, pois a experiência mostrava que, quando tal mudança acontecia, os escravos davam para comer terra, “de propósito para morrerem” (ANTT, CJ, Maço 71, n. 76).

Viver como senhor no Engenho de Santana

Pois bem, se para os escravos o Engenho de Santana se afigurava num lugar menos infortunado para viver

se comparado ao Recôncavo, o mesmo não valia para os padres administradores. Desde a gestão do padre Franco, na década de 1660, até a gestão do último padre de que temos cartas, o irmão Jerônimo da Gama, que administrava em 1753, o envio de açúcar branco e mascavo para Lisboa foi constante, sendo em média correspondente a 20 caixas de cada tipo por safra, com alguma variação pontual. Isso explica por que os reitores de Santo Antônio nunca deram ouvidos àqueles que aconselhavam a venda ou a desativação do Santana. O difícil era encontrar um irmão que se dispusesse, de bom grado, a encarar o engenho de Ilhéus. Reconhecidas as vantajosas condições ambientais que viabilizavam o Santana, era preciso, porém, muita diligência para correr florestas, engendrar maquinários de diferentes engenhos e serras, construir e reconstruir edifícios. Mais do que energia física e disposição para o trabalho, era preciso, sobretudo, altivez e talento político para lidar com a escravaria.

A forte coesão daquela comunidade escrava⁵ constrangia os administradores a se resignarem aos limites que lhes cabiam na imposição de disciplinas. A comunidade escrava do Santana tinha do outro lado não um senhor de poderes absolutos, mas uma dupla de padres administradores (um superior e um companheiro), sujeitos a uma “instância superior”, representada pelo reitor do Colégio de Santo Antônio de Lisboa. Havia, ainda, outros agentes intermediários que, embora não tendo prerrogativas administrativas no engenho, transitavam entre colégios jesuítos e igrejas seculares, levando notícias e, às vezes, solicitações dos escravos. Não raro, a relação entre os dois padres administradores era conflituosa, abrindo fendas no exercício da dominação. Os escravizados, por sua vez, eram hábeis o suficiente para explorar os conflitos entre os senhores, costurando alianças e forjando fidelidades que rapidamente se convertiam em pequenos privilégios ou mesmo num lugar de comando, como sugere a presença não incomum de feitores escravos no engenho de Santana.

Cabia, portanto, aos padres absorverem os escravos no espaço político das casas de vivenda e dar ouvidos e materialidade às suas demandas. Chega mesmo a surpreender a constatação de que, já em 1634, após demitir um feitor, “que tinha a todos [os escravos] por amigos e compadres”, o padre administrador reclamasse ao seu superior de que, se daquele feitor nunca houvesse tido queixas, “agora que está um homem zeloso do bem da fazenda e que não consente desordens, não me possa valer com cartas de queixas

que lhes mande outro feitor” (ANTT, CJ, Maço 69, n. 83). Mais de um século depois, um irmão era instruído a se livrar das “inoportunas petições dos escravos [...] não os admitindo dentro no seu cubículo [quarto], conforme as visitas que há” (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22, b).

Além dessa resistência calculada, astuta e de âmbito político, no Santana os escravos se valiam constantemente de práticas de resistência corporal, a exemplo do “fazer corpo-mole”, ou empreender fugas episódicas, expressar vociferações e, em situações pontuais, até mesmo agir com violência contra feitores e religiosos. Do outro lado, era comum a queixa dos padres de que a imposição de castigos físicos causaria a fuga de escravos para os mocambos. Nos sertões florestais, os fugitivos mantinham seus retiros, utilizando em larga medida a geografia e a ecologia dos matos para se esconder e sobreviver por algum período de tempo.⁶ Nos relatos sobre fugas episódicas, os padres não fazem menção a qualquer tentativa de resgate, cabendo apenas esperar o retorno dos homiziados. O comentário do padre Antônio Fernandes para seu reitor elucida bem sua resignação: “saiba que o Brasil não é o Reino, que aonde quer se vá se dá com um fugido, cá sucede muitas vezes comerem da mesma casa e andarem fugidos muitos anos” (ANTT, CJ, Maço 71, n. 141).

O padre Antônio Fernandes, por sinal, foi o único administrador do Santana a se gabar de conduzir o engenho com mão-de-ferro. Diante da pouca disciplina e das constantes baixas que os escravos davam nas roças, sua atitude, ao assumir o engenho, em 1734, foi enérgica: “eu enristei com eles, com castigo e a palavra de Deus, de sorte que hoje parecem homens brancos” (ANTT, CJ, Maço 71, n. 129). De fato, o testemunho de outro irmão, um padre procurador que esteve no Santana por volta de 1743, confirma a linha dura do padre Fernandes, propenso a aplicar castigos espinhosos, a esbofetear escravos e a se embrenhar com eles em lutas corporais, atitudes essas que contrastam com a condução paternalista apreendida pelos jesuítas Benci e Antonil (ANTT, CJ, Maço 69, n. 140; Antonil, 2001; Benci, 1977; Marquese, 1999). No entanto, aquele poder de comando do padre “coronel” amparava-se na assistência de cinco escravos de sua confiança, sempre armados com espingardas. Seu ajudante, o irmão Matheus de Sousa, reclamava aos reitores do excesso de confiança que o superior depositava nos cativos, facultando-lhes, além das espingardas, as chaves das casas do peso e de purgar, onde se guardava todo o açúcar, melado e aguardente

⁵ Entendemos comunidade como um conjunto de indivíduos funcionalmente relacionados, que vivem num determinado território, em determinada época, partilham de uma cultura comum e revelam consciência de sua identidade como distinta de outro grupo (Fundação Getúlio Vargas. 1987. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, p. 229). Partindo desse mesmo entendimento, Engelmann conclui que os plantéis de escravos, “[...] principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro. Desse modo, os laços tenderiam a se ampliar propendendo ao enfeixamento do conjunto de seus membros” (Engelmann, 2006, p. 29).

⁶ Mu-kambo é palavra ambundu, língua banta, que significa esconderijo, refúgio; diferente de quilombo, de raiz lundu, que significa muro, ou seja, lugar protegido por paliçadas (Cabral, 2014, p. 195).

produzidos no Engenho. Reclamava também do descaso do superior com os canaviais, ao passo que empregava mais forças na produção de farinha, resultando no fraco rendimento do Engenho. Sem se referir aos excessos do padre Fernandes na disciplina dos escravos, o irmão Mateus concluía que somente para os cativos não poderia haver outro administrador melhor (ANTT, CJ, Maço 69, n. 175). No geral, todavia, prevaleceram as queixas de todos quantos foram enviados para Ilhéus. “Galé”, “purgatório” e “inferno” são termos repetidamente utilizados por todos os padres para se referir ao Santana.

Certamente, se tivéssemos a oportunidade de ouvir os atributos emitidos pelos escravizados a respeito do lugar em que eram explorados e oprimidos, não nos depararíamos com qualificações melhores. Afinal, o trabalho era o núcleo da escravidão, e os trabalhos forçados prestados a outros orientavam praticamente todos os aspectos do seu cotidiano (Schwartz, 2001, p. 89). Entretanto, o que procuramos demonstrar é que as condições territoriais e ambientais que viabilizaram, em grande medida, a existência do Santana como engenho e fazenda também asseguraram aos escravos mais autonomia e segurança alimentar, em comparação às condições de vida dos seus pares do Engenho do Recôncavo. Por outro lado, para os padres que administraram o engenho de Ilhéus, essas mesmas condições significaram uma carga muito maior de trabalho e de investimento na gestão dos conflitos inerentes às relações escravistas, com o agravante de terem à frente uma comunidade relativamente coesa, consciente de seu poder de barganha e experimentada nas estratégias eficazes para a conquista de espaços de autonomia.

Podemos concluir que esse relativo desequilíbrio entre as forças de trabalho e as de imposição de disciplina comprometia a capacidade dos administradores jesuítas de controlar de maneira eficaz e a seu favor a distribuição paternalista de “trabalho, pão (e pano) e castigo”.

Século XVIII: degradação ambiental e acirramento da tensão senhor/escravo (à guisa de conclusão)

Em meados do século XVIII chegou “a conta” ambiental dos dois séculos de exploração daquele território. As terras adequadas para canaviais foram se esgotando. Não que faltassem terrenos florestados nos limites territoriais do Santana, mas não era possível fazer canaviais onde não se pudesse escoar a produção para o Engenho, e isso só era viável pelos rios. As terras da légua navegável do rio Santana, incluídas na sesmária dos jesuítas, por menor que fossem os ciclos de regeneração naquele bioma

privilegiado, não resistiram ao longo tempo de exploração. Isso obrigou os jesuítas a adquirirem novas terras, seja na contiguidade da sesmária, seja em outros rios que se comunicavam com o Santana. Exemplo disso eram as terras da Esperança, no rio Fundão, ou as de Getimane, no Itaípe (atual Almada). No arrolamento dos bens jesuítas confiscados em 1759, o Santana aparece com um território de 4 léguas, quase três vezes maior do que o tamanho da doação original (AHU, n. 4948). Importante destacar que, nesse caso, a expansão da propriedade por compra de terras não visava necessariamente à ampliação da produção e dos rendimentos destinados ao Colégio de Santo Antônio, como expressão de uma estratégia de longo prazo (Crouzeilles, 2015, p. 66), mas à própria manutenção de um certo nível de produção, quando isso se via comprometido pelo esgotamento dos solos agriculturáveis mais próximos do complexo industrial do Engenho. As madeiras de lei, como o valorizado jacarandá, também já experimentavam uma depreciação de suas populações. O padre Jerônimo da Gama se queixava, em 1753, de ter que tirá-las “nos matos” a 3 léguas do engenho.

Nestas condições, o angustiado padre se via ainda com mais dificuldade para extrair trabalho dos escravos, pois, no caso de terem que laborar à grande distância, o costume era do superior lhes fornecer a alimentação. E quando tal não ocorria, alguns escravos mais resignados se calavam, outros, porém, se indignavam ostensivamente: “me saltam e arrepelam as barbas com injúrias e repugnâncias de irem ao mato sem eu lhes dar ração”, deplorava o superior (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22).

O tempo que os escravos dedicavam ao trabalho também diminuía, na medida em que aumentava a distância em relação ao núcleo do Engenho. Segundo o padre Jerônimo, “o tempo do serviço de todos não chega a cinco horas no dia e muito menos quando o serviço é longe: a multidão é que faz alguma coisa, como o formigueiro, semelhança que eu lhes proponho”. Mais adiante complementa sua lamúria:

Eu muito os aplico sem descansar em todo o dia mais que uma pouca de sesta em que durmo; no mais tempo ando em uma roda viva. Deus sabe quanto sofro por necessidade, não procedendo ao castigo para evitar a fuga dos escravos, e suas repostadas, quando os reprimendo. Se lhes falo em serviço, com diligência maior, apontando para o ventre dizem: da barriga puxa o boi, dando a entender que eu lhes não dou sustento; quando muito querem, saem do serviço; e perguntados respondem o sobredito. Já não me atrevo com tais escravos! Querem regular-se pelo passado, e não atendem ao presente. Meus pecados são a causa de eu vir para tal Engenho! (ANTT, CJ, Maço 54, n. 22).

Além dos escravos, os padres enfrentavam outros “inimigos”, como os indígenas Pataxó, que chegaram ao sul da Bahia no início do século XVIII, migrando dos sertões das Minas Gerais. Atacavam os canaviais em busca de uma fonte abundante de sacarose. Àquela época, somente os jesuítas possuíam grandes canaviais nas imediações de Ilhéus e por isso acabavam sendo alvos certos das incursões indígenas. Seres não humanos também povoavam suas dramáticas correspondências, como uma espécie de contraponto à reconhecida prodigalidade da natureza. Eram capivaras que davam cabo de roças de mantimentos; onças que atacavam os animais de tiro; brocas que comiam os barris de melado; e guaiamuns que faziam tocas por debaixo das canaletas de captação da água dos engenhos. Tudo isso exigia um incansável trabalho de manutenção (Dias *et al.*, 2018).

Certamente, naquele socioambiente, a ecologia que envolvia seres humanos e não humanos, na medida em que apresentava maiores níveis de degradação, representava um prejuízo muito maior para aqueles que priorizavam o rendimento mercantil, se comparado aos escravizados, em cujo horizonte se afigurava principalmente a busca pela segurança alimentar e por uma vida minimamente digna.

No que concerne ao debate a respeito das estratégias de gestão jesuítica das suas propriedades rurais na América ibérica, podemos concluir que o caso do Engenho de Santana alude a variações dentro do modelo geral determinadas no plano local, com forte influência das variantes territoriais e ambientais. Se os elementos mais marcantes do modelo permaneceram funcionando, por outro lado, no Engenho de Santana, os padres gestores tiveram que flexibilizar alguns de seus postulados em flagrante prejuízo da racionalidade administrativa paternalista, concedendo aos escravizados espaços de autonomia pouco vistos em outras propriedades rurais, mesmo se comparado ao outro engenho pertencente ao mesmo Colégio, administrado muitas vezes pelas mesmas pessoas e localizado a poucas léguas de distância.

Referências

- ABREU, J.C. 1963. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 402 p.
- AMANTINO, M. 2011. A fazenda jesuítica de São Cristóvão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças- Rio de Janeiro, século XVIII. In: E.F. PAIVA; I.P. IV; M. AMANTINO, *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo, Annablume, 284 p. 139-164.
- AMANTINO, M.; FLECK, E.C.D.; ENGELMANN, C. 2015. *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)*. Rio de Janeiro, Garamond, 256 p.
- AMANTINO, M.; CARDOSO, V.M. 2013. A fazenda jesuítica da Papuaia, Rio de Janeiro, século XVIII. *Antigos Jesuítas em Iberoamérica*, 1(1):43-66.
- ANTONIL, A.J. 2001. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentários de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 491 p.
- ASSUNÇÃO, P. 2003. *Negócios jesuítos: a administração dos bens divinos*. São Paulo, EDUSP, 507 p.
- BENCI, J. 1977. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* [1700]. São Paulo, Editora Grijalbo, 224 p.
- BOXER, C. 1973. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo. Editora Nacional, 353 p.
- CABRAL, D.C. 2014. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond, 533 p.
- CALMON, P. 1963. *História do Brasil (7 volumes)*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- CARRARA, A.A. 2007. Fiscalidade e estrutura agrária: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. In: M.H. DIAS; A.A. CARRARA, *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus-BA, Editus, 2007, 322 p. 15-46.
- CAMPOS, J.S. 2006. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª ed. Ilhéus-BA, Editus, 2006, 819 p.
- CROUZEILLES, C.A. 2015. A vida cotidiana dos escravos na estância jesuítica de Córdoba. In: M. AMANTINO; E.C.D. FLECK; C. ENGELMANN, *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 65-83.
- DIAS, M.H.; MORALES, W.F.; SANTOS, I.C. 2018. Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, séculos XVI-XVIII): um complexo produtivo colonial na Mata Atlântica sul-baiana. *Especiaria: Caderno de Ciências Humanas*, Ilhéus, 18(33):93-123, jul./dez.
- ENGELMANN, C. 2015. Entre os Rios de Janeiro e da Prata: laxismo, livre-arbítrio e sacramento na posse e trato dos escravos dos jesuítas nos Colégios do Rio de Janeiro e de Córdoba (1720-1767). In: M. AMANTINO; E.C.D. FLECK; C. ENGELMANN, *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 85-112.
- ENGELMANN, C. 2011. Reflexões sobre o modelo jesuítico de escravidão na América: o sacramento do matrimônio e as estratégias de administração da população escrava em fazendas da Cia. de Jesus no Brasil e na Argentina (século XVIII). *Paper* apresentado no I Workshop Argentino-Brasileño de Historia Comparada, 2011, Buenos Aires. *Actas electronicas I-WAB*, p. 1.
- ENGELMANN, C. 2006. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado, UFRJ/IFCS, (2006).
- ENGELMANN, C.; AMANTINO, M. 2013. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 354 p.
- FERLINI, V.L.A. 2003. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru/SP, EDUSC, 392 p.
- FERLINI, V.L.A. 1986. *O Engenho Sergipe do Conde: contar, constatar e questionar*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MAGALHÃES, P.A.I.; BRITO, R.D.L. 2015. A gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626. *Revista do IGH*, 1(1):1-12.

- Salvador, 110:49-75, jan.-dez.
- MARQUESE, R.B. 1999. *Administração & escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo, HUCITEC: FAPESP, 259 p.
- MAURO, F. 1989. *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*. Lisboa, Estampa, 2 vols.
- MORALES, W.F.; DIAS, M.H.; GOMES, R.L. 2015. História, Arqueologia e georreferenciamento na percepção da ocupação territorial da vila de Ilhéus (Bahia, Brasil): período pré-colonial ao século XVII. In: A.A. CARRARA; W.F. MORALES; M.H. DIAS (orgs.), *Paisagens e Georreferenciamento: História Agrária e Arqueologia*. São Paulo/Ilhéus, Annablume/NEPAB/UDESC, p. 59-90.
- NEVES NETO, R.M. 2011. As primeiras fazendas jesuíticas em São Luís do Maranhão: as estratégias inicianas nos meios de aquisição e alguns litígios iniciais. Séculos XVII e XVIII. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1-15.
- PINHO, W.A. 1982. *História de um engenho do Recôncavo*. 2ª ed. São Paulo, Nacional; Brasília: INL, 601 p.
- PUNTONI, P. 2018. *Para a Bahia, uma moeda provincial: prática e pensamento monetário nos quadros do sistema colonial (século XVII)*. Palestra proferida no IV Colóquio Regional de História Colonial, Porto Seguro.
- REIS, J.J. 1986. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 293 p.
- REIS, J.J.; SILVA, E. 1989. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 151 p.
- SCHWARTZ, S. 1988. *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras, 474 p.
- SCHWARTZ, S. 2001. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 306 p.
- WATKINS, C.; VOEKS, R. 2016. A Mata Transatlântica: afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia. In: D. CABRAL; A.G. BUSTAMANTE, *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica brasileira*. Curitiba, Prisma, p. 150-174.
- Carta do Pe. Felipe Franco para o Pe. Reitor, Ilhéus, 29 de setembro de 1659. Maço 68, n. 307.
 - Carta do Pe. Manoel de Oliveira ao Pe. Sebastião de Lima, Colégio da Bahia, 13 de agosto de 1673. Maço 71, n. 76.
 - Inventário do Engenho de Santa Anna feito Pelo Irmão Manuel da Costa companheiro do padre Felipe Franco, 1674. Maço 54, n. 07.
 - Estado em que achei e fez entrega do Engenho de Santana dos Ilhéus o padre Manoel Figueiredo aos 07 de agosto de 1730. Padre Pedro Teixeira, Santana dos Ilhéus, 30 de junho de 1731. Maço 15, n. 23.
 - Carta do Ir. Matheus de Souza ao Pe. Simão Esteves, Ilhéus, 16 de outubro de 1731. Maço 68, n. 354.
 - Carta do Ir. Matheus de Souza ao Pe. Gaspar Esteves, Santana dos Ilhéus, 23 de abril de 1738. Maço 69, n. 175.
 - Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Gaspar Esteves, Santana dos Ilhéus, 19 de janeiro de 1739. Maço 69, n. 188.
 - Carta do Pe. Manoel de Figueiredo ao Pe. Procurador Bento de Oliveira, Engenho de Santana dos Ilhéus, 02 e 17 de setembro e de 1713. Maço 71, n. 97.
 - Carta do Pe. Luís da Rocha ao R. P. Prefeito, Sergipe, 10 de junho de 1735. Maço 71, n. 110.
 - Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Gaspar Esteves, Santana, 27 e 28 de julho de 1736. Maço 71, n. 129.
 - Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Gaspar Esteves, Vila de Ilhéus, 22 de setembro de 1737. Maço 71, n. 141.
 - Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Procurador, Santana, 12 de setembro de 1737. Maço 71, n. 142.
 - Carta do Pe. João Cortes ao Pe. Francisco da Guerra, Bahia 30 de junho de 1748. Maço 69, n. 140.
 - Carta do padre Jerônimo da Gama, Engenho de Santana dos Ilhéus. 13 de junho de 1753. Maço 54, n. 22.
 - Ordens que em visita dou ao Ir. Campânia atual do Padre Superior deste Engenho e aos Irmãos que lhe sucederem. Jerônimo da Gama, Santana, 20 outubro 1752. Inclusa em: Carta do padre Jerônimo da Gama, Engenho de Santana dos Ilhéus. 13 de junho de 1753. Maço 54, n. 22 (b).

Documentos manuscritos (organizados por ordem cronológica de produção):

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Cartório Jesuítico (CJ)

- Auto de inventário de fazenda da fazenda e Engenho de Santana que se fez a requisito de Domingos [Gonçalves] feitor e administrador da dita fazenda. Vila de São Jorge, 23 de agosto de 1616. Maço 15, n. 12.
- Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe, feita em julho de 1621 – André Gouveia. Maço 14, n. 52.
- Carta de autor desconhecido para o P. Dio Cardim, Engenho Sergipe do Conde, escrita por volta de 1634. Maço 69, n. 83.
- Carta de João Cortes para o padre Dio Cardim, Engenho Sergipe do Conde, escrita por volta de 1636. Maço 69, n. 83.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Documentos Avulsos (Bahia), Coleção Resgate.

- Inventário e avaliação dos bens do Engenho de Santana, 14 de abril de 1760. Doc. n. 4948 (anexo ao 4947).

Submetido em: 04/12/2018
Aprovado em: 07/01/2021